

Reforma no Congresso

Ninguém ignora que o prestígio do Congresso está hoje mais baixo do que em qualquer outro momento da História brasileira. O número elevadíssimo de votos brancos e nulos mostraram esse quadro com clareza aos próprios parlamentares. Em Rondônia, por exemplo, alcançaram nada menos do que 42%. Praticamente a metade dos eleitores deu-se ao trabalho de comparecer à mesa de votação para anular sua cédula ou entregá-la em branco, sinalizando que candidato algum se mostrava digno de sua confiança.

Em parte, essa situação se deve aos escândalos que marcaram a atividade parlamentar nos últimos anos. Vão do desvio de recursos do IPC à barganha de cargos, das verdinhas do PSD aos trens da alegria, do narcodeputado de Cacoal às viagens para assistir a sessões da ONU. O mais marcante, porém, foi o caso do Orçamento, que alcançou enorme repercussão nos mais remotos pontos do País.

É verdade que em muitos desses incidentes o escândalo nenhuma proporção guardava com a verdadeira dimensão do fato. A instituição não pode ser responsabilizada por eleitores de remoto município na fronteira boliviana terem enviado um delinquente para Brasília, nem por um obscuro deputado carioca ter desviado o dinheiro dos próprios colegas.

Mas do que isso, precisa-se reconhecer que o Congresso tornou-se o único poder, mas o único mesmo, a autopurificar-se, aplicando as punições cabíveis a todos, ou quase todos, os que se viram apanhados em falta. Não escapou ao castigo sequer o presidente de uma das suas casas, pouco antes citado até como um grande nome para o Planalto.

De nada adianta. A imagem que se passou à população está fixada nos ângulos mais negativos. Há algum tempo, importante deputado desabafava: "Logo após o impeachment de Fernando Collor nós parecíamos em lua-de-mel com a Nação, mas foi só chegar a sexta-feira seguinte e a televisão

mostrar o plenário vazio para a tempestade de críticas recomençar". Feitas as contas, o absenteísmo mina qualquer esforço para se melhorar essa imagem.

Exatamente por essa razão merecem extrema atenção os esforços desenvolvidos tanto por deputados quanto por senadores para modernizar o Legislativo. Reconhecem-se suas falhas atuais, denunciam-se suas fraquezas e buscam-se fórmulas institucionais para corrigir essas distorções, na procura da maior eficiência que conduzirá à melhor imagem.

Vale a pena registrar as principais dessas propostas. Está entre elas a adoção de mecanismos para assegurar a tramitação mais rápida dos projetos, com a ampliação da competência das comissões, o aumento do número de casos em que suas decisões serão terminativas, a punição aos parlamentares faltosos e a definição de dias em que o plenário se dedicará exclusivamente a votações. Também se cobra a transparência. E, enfim, a maior aproximação com o povo, mediante melhor uso dos meios de comunicação e a demonstração de que o Legislativo é o mais democrático dos poderes e não o contrário. Caso se pergunte hoje a um cidadão comum quem ganha mais, se um senador ou um executivo de estatal, ele provavelmente responderá que é o senador. Como qualquer um sabe nos meios razoavelmente informados, a diferença é mesmo muito grande. Em favor do dirigente de estatal. E os parlamentares sentem-se impedidos de fixarem a si próprios um vencimento condigno por temerem a reação da opinião pública. É o peso da imagem.

Por isso mesmo torna-se imprescindível, para os parlamentares, para a instituição e para a própria democracia, que essas medidas moralizadoras venham a ser tomadas no menor prazo possível. Propostas parecidas viram-se bloqueadas no passado recente. Espera-se que agora haja vontade política para aprová-las e colocá-las em prática.